

DESENVOLVIMENTO E AGROINDÚSTRIA FAMILAIR

TRENTIN, I C L¹ & WESZ JUNIOR, V. J.²

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo mostrar a importância da agricultura familiar no Brasil e na América Latina, junto com sua história, conceitos, caracterização, classificação, problemática e definições. Consorciado com a pesquisa foi realizado um estudo de caso no município de Porto Xavier, Região das Missões do Rio Grande do Sul sobre o perfil de produção e consumo de produtos agropecuários no ano de 2003. Com essa discussão procura-se contribuir com subsídios sobre as vantagens da agroindústria familiar para a pequena propriedade onde a pobreza e o desemprego são constantes. Além de fornecer dados para que as políticas públicas locais/nacionais possam priorizar os agricultores e que esses consigam contribuir com o desenvolvimento rural visando a sustentabilidade sócio-econômica das comunidades municipais e regionais. Constatou-se que os produtos da agroindústria familiar podem atender os mercados locais e regionais a preços menores, facilitando o consumo pelas classes menos favorecidas e com isso facilitando a distribuição de renda nas comunidades. Outra constatação é que a realidade da agroindústria familiar e da agricultura familiar é muito semelhante em todos os países da América Latina, pois os modelos de desenvolvimento sempre priorizaram a indústria e em alguns casos a agricultura empresarial para exportação de produtos *in natura*. Com o estudo de caso, por exemplo, identificou-se a viabilidade econômica da agroindústria familiar de vassoura de palha, que depende de poucos investimentos e de produção de matéria-prima em pequenos espaços de terras. Neste sentido, observa-se que a situação das agroindústrias e da agricultura familiar é muito semelhante em vários países e que possuem em todos eles o mesmo potencial de

¹ Iran Carlos Lovis Trentin é Mestre em Desenvolvimento Rural pela UFRGS; Bolsista DTI MESA/CNPq-UFRGS/UFPEL. E-mail: lovis@ufrgs.br Endereço: Rua Trento, 01 CEP 98355 000 Trentin/RS.

² Valdemar João Wesz Junior é pesquisador e bolsista do CNPq pela UFPEL e Graduando da UERGS pelo curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial - Endereço: Rua General Câmara, 2116 Apto. C – São Luiz Gonzaga /RS CEP: 97800-000 E-mail: valdemar-junior@uergs.edu.br

ofertar produtos de qualidade respeitando o meio ambiente e gerando e distribuindo renda nas mais diferentes regiões ou territórios.

PALAVRAS CHAVES: Agricultura e Agroindústria Familiar, Desenvolvimento Rural Sustentável e Economia na América Latina.

INTRODUÇÃO

A temática da agricultura familiar vem passando por vários debates nos últimos anos em muitas áreas de pesquisa. Porém, percebe-se a fundamental importância desta para a sociedade, já que se destaca na produção de alimentos, distribuição de renda, de terra (70% dos estabelecimentos do Brasil), além da geração de empregos. Sendo uma das grandes atividades responsável pelo desenvolvimento local de muitas regiões brasileiras.

Com as transformações mundiais (modernidade) a agricultura familiar modificou-se. Surgiram novos parâmetros e subdivisões que mudaram o estilo de vida social, econômico, político e ambiental do pequeno produtor, com mudanças nos interesses voltados a terra, família e propriedade, por exemplo.

Porto Xavier, como a maioria dos municípios do Rio Grande do Sul e da América Latina, aderiu a modernização da agricultura com seu pacote tecnológico. Conseqüentemente aconteceram mudanças nas técnicas de produção, como a adoção da monocultura extensiva, uso de insumos externos, quimificação, mecanização e tecnificação agrícola. Ou seja, modernizou a produção sem alterar as estruturas agrárias. E com isso, aumentou a pobreza, o desemprego, a degradação do meio ambiente e o êxodo rural na maior parte das regiões agrícolas.

Porto Xavier, contava em 2003, com 1.728 domicílios rurais, que a partir dos anos 1960 sofrem intensamente essas mudanças, e que como consequência direta tem provocado a diminuição drástica da população agrícola. Outra questão importante é que como os solos não são mais tão produtivos como nos anos 60, os agricultores necessitam alterar suas atividades agrícolas na busca do desenvolvimento rural visando, principalmente a sustentabilidade sócio-econômica. Neste sentido, uma alternativa é a agroindustrialização familiar, que além de agregar valor a produção agrícola, dará condições dignas de vida no campo, com geração de dezenas de empregos diretos e indiretos, mesmo que sazonalmente.

A agroindustrialização da produção agropecuária familiar, justifica-se também no município, pois é crescente a presença de produtos de origem animal e vegetais provenientes de outras regiões do Estado e País. Que além de transferir a renda da população rural e urbana diminui visivelmente o capital de giro municipal-regional, deixando um espaço restrito para o desenvolvimento das mesmas. Embasados na fixa idéia da agroindústria familiar para a diminuição da pobreza rural e recuperação e preservação do meio ambiente melhorando a qualidade de vida da população local/regional desenvolvemos esse trabalho. Que tem como objetivo principal à busca da identificação e quantificação dos principais produtos agropecuários consumidos no município de Porto Xavier e as possibilidades de geração de renda através da implantação de agroindústrias familiares.

Para respondermos os objetivos propostos neste trabalho fez-se primeiramente um estudo sobre as temáticas da agricultura familiar, agroindústria familiar, desenvolvimento rural, pobreza e geração de renda, tendo como base publicações de vários pesquisadores e os dados da IBGE, da EMATER, de ONGs e Prefeitura (dados secundários), e posteriormente foi realizado várias pesquisas com agricultores e entrevistas com informantes qualificados, além de visitas com leitura da paisagem nas comunidades rurais. Também, foi realizada uma pesquisa nos 42 estabelecimentos comerciais da área urbana do município, com aplicação de questionários sobre o consumo, preços, legalização e a origem de 150 produtos agropecuários.

AGRICULTURA FAMILIAR

Atualmente o Brasil conta com, aproximadamente, 4,1 milhões de estabelecimentos rurais que desenvolvem agricultura familiar, envolvendo diretamente em torno de 25 milhões de pessoas. O setor, segundo o MDA, é responsável pela oferta de 70% dos produtos que compõe a cesta básica, ocupa 80% da mão-de-obra rural, responde por 40% do valor bruto da produção agropecuária nacional e obtém em média três vezes mais renda por hectare cultivado. Com essa performance torna-se indispensável para o segmento econômico e social do Brasil. Um dos maiores méritos é que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família

assume uma importância decisiva

A agricultura familiar tem suas raízes no campesinato, principalmente em sua forma social. Com grande destaque nas relações propriedade, trabalho e família. Porém, diferencia-se na relação econômica e isso principalmente por consequência da modernização e capitalização do setor agropecuário, que sofreu muito na história brasileira. Deste modo, poder-se-ia afirmar que a agricultura familiar modifica-se conforme a sociedade se transforma.

Neste sentido, a agricultura familiar presente no Brasil é muito semelhante da presente em outros países latinos ou até mesmo nos Estados Unidos e Canadá quando do início do processo de colonização européia. Pois, algumas civilizações pré-colombianas já desenvolviam práticas agrícolas muito próximas das realizadas hoje pelos agricultores ditos familiares.

No início da colonização européia nas Américas a partir de 1500 os colonos aqui chegados trouxeram consigo técnicas de policultura que foram com o passar do tempo mesclando-se com as técnicas indígenas e gerou essa matriz agrícola utilizada pela quase totalidade dos agricultores das Américas até 1950. Com o advento da “Revolução Verde” no qual houve a introdução massiva de agroquímicos e o emprego de mecanização em larga escala, sem ocorrer mudanças profundas que democratizassem o acesso aos fatores de produção muitas regiões e agricultores diferenciaram-se. Ou seja, onde o processo de mecanização pode avançar com maior rapidez e intensidade o êxodo rural foi muito grande, já em outras regiões onde por fatores de declividade ou de localização houve uma menor intensidade nas transformações. Nessas áreas o número de agricultores familiares é maior bem como o número de agricultores que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou muito pobres.

Essa realidade é facilmente observada em outros países da América Latina pelos livros e artigos publicados por pesquisadores e por pesquisas realizadas por institutos internacionais de apoio a agricultura.

Na definição de agricultura familiar admite-se um conceito genérico com uma diversidade de situação, como afirmou Hugues Lamarche (1993): “A agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade.”

Nos últimos anos os conceitos de agricultura familiar ganharam novas discussões em muitos segmentos da sociedade. Porém, com variantes segundo o local (geográfico) e o órgão que a define.

O Manual de crédito rural (1997) descreve, para acesso a financiamentos do Programa Nacional para Agricultura Familiar - PRONAF, como agricultura familiar aquele que se enquadra nos seguintes critérios:

1. a renda familiar bruta prevista não pode ultrapassar a R\$ 27 500,00, com rebate de 50% para atividades de avicultura, piscicultura e sericicultura. Esta renda deverá ser de 80% proveniente da exploração agrícola;
2. a propriedade não pode ter mais que quatro módulos fiscais;
3. a propriedade deve manter, no máximo, dois empregados permanentes, sendo admitida ainda, como recurso eventual, a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade exigir.

Já o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: 1996) compreende agricultura familiar quando: “a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na maior parte pela família; os fatores de produção pertencem a família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes”.

Há, não só no Brasil, vários autores que identificam e classificam diferentemente propriedade familiar, entre eles Holz (1994), Dossa e Caus (1995), Cordonirier (1973), Molina Filho (1976), Neves (1995), Borges (1996), Oliveira (1996), Alencar e Moura Filho (1979), etc... Porém, será usada em nosso trabalho a classificação de Molina Filho que melhor se identifica com a região e com a realidade.

Assim, neste trabalho nos reportaremos as propriedades familiares, já que a gestão, a propriedade e o essencial do trabalho é feita pela família, sendo também as mais encontradas na região, e por considera-las potenciais de desenvolvimento local.

Desses conceitos, neste trabalho, o que melhor se adapta a região das Missões (do Rio Grande do Sul) quanto à definição de agricultura familiar é aquela onde: a gerência da unidade produtiva é realizada pela família; 80% da renda provem da agricultura; possui poucos empregados (até quatro) e apenas sazonais; mora na propriedade familiar; tem uma extensão territorial menor que 100 ha e pratica a policultura na produção agropecuária.

Segundo várias pesquisas e entrevistas realizadas com lideranças e informantes qualificados da Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativa de Pequenos Agricultores classificou-se a agricultura familiar de Porto Xavier em 4 grupos:

- 1. Agricultores Familiares Consolidados:** Os agricultores apresentam boas condições de vida e de produção. Além de diversificação de produção (3 a 5 culturas), integradas com a produção animal. Possuem uma área de aproximadamente 30 ha, usam alta tecnologia e recorrem ao crédito rural. O lucro supera os 10 salários mínimos líquidos mensais. Muitos possuem alguma forma de produção agroindustrial para complementar a renda. Os principais problemas desta categoria são a falta de crédito fundiário para ampliação da área cultivada, pouca disponibilidade de mão-de-obra no meio rural e dificuldade de associativismo; ou seja, desenvolvem as atividades agropecuárias quase que sempre individualmente;
- 2. Agricultores familiares em transição:** Sua produção é mais diversificada que dos “consolidados”, porém estão situados em áreas de baixa fertilidade, relevo acentuado, de menor conservação do solo e conseqüentemente de menor produtividade. Usam médio nível tecnológico, com uma área média de 17 ha, que é geralmente insuficiente para o sustento e permanência de toda família. Foram excluídos das políticas públicas dos anos 1970 e tem pouco acesso à informação e a assistência técnica. Possui renda que oscila entre 1 e 3 salários mínimos mensais;
- 3. Agricultores Familiares Periféricos ou de Subsistência:** Esses agricultores na quase totalidade do anos foram excluídos das políticas públicas e de crédito agropecuário. Possuem área média de 7 ha, e isso os obriga a venderem sua mão-de-obra em algumas épocas do ano. Os mesmos necessitam de reforma agrária ou de crédito fundiário subsidiado. Usam baixíssima tecnologia e ganham menos de um salário mínimo mensal. Possuem baixa escolaridade o que dificulta o gerenciamento da propriedade. São poucos integrados ao mercado local. Dividem-se em dois grupos: o primeiro com produção de subsistência e venda de excedente: fumo, soja; e o segundo só com subsistência;
- 4. Agricultores sem terras, parceiros e diaristas:** Esses moradores rurais geralmente residem nas terras de algum familiar nas margens das estradas ou em pequenos terrenos. Plantam em roças muitas vezes cedidas ou alugadas (arrendadas).

Geralmente recebem subsídios governamentais, como cestas básicas de alimentos ou bolsa família e eventualmente vendem sua mão-de-obra como diaristas para os agricultores das comunidades vizinhas.

Esta classificação ou qualquer outra que se adote revela uma situação de desigualdade que pode ser pomenorizada ainda mais se abrirmos os extratos dos diferentes grupos que formam os agricultores familiares brasileiros.

A situação dos agricultores familiares até bem pouco tempo era quase de marginalização frente as políticas públicas. A agropecuária no Brasil, sempre foi tratada como atividade para contribuir com as exportações e garantir superávit na balança comercial. (DESER,1997). E esse modelo interferiu econômica e socialmente no país, trazendo graves conseqüências como: êxodo rural, envelhecimento e masculinização no campo, fome, favelização, desemprego, violência e miséria, entre outros. Todas essas transformações provocadas por um modelo de desenvolvimento equivocado e perverso que atingiu todas as regiões do Brasil e da América Latina, em menor ou maior intensidade, refletindo inclusive em Porto Xavier, com veremos na pesquisa a seguir.

A ECONOMIA DE PORTO XAVIER

Porto Xavier situa-se na margem esquerda do Rio Uruguai, ou seja, faz divisa com a Província de Misiones - República Argentina e limita-se com os municípios de Porto Lucena, São Paulo das Missões e Roque Gonzales. Possui um clima subtropical com temperaturas mínimas de 0°C no inverno e máximas de 37°C no verão; a altitude média é de 140 m, relevo ondulado, com afloramento de rochas nos solos e seus rios e riachos deságuam no sentido noroeste e são tributários do Rio Uruguai. Está localizado na latitude de 27° 53' e longitude de 25° 58'. As chuvas são em média bem distribuídas, podendo ocorrer estiagens no verão. A área total do município é de 280,5 Km², sendo 10 Km² o perímetro urbano, correspondendo a uma densidade demográfica de 39,5 hab/Km². A agricultura e a pecuária sempre tiveram grande ênfase no município e são de suma importância pois apesar de Porto Xavier contar com um Porto Internacional a base econômica está no setor primário.

A policultura começou com a chegada dos imigrantes no final do século XIX (sem considerar os índios da matriz guarani, que já habitavam a região), entre eles alemães, russos, italianos e poloneses, provenientes das colônias velhas, região centro-leste do Rio Grande do Sul. Estes enfrentaram a mata virgem, sem estradas, para construírem suas casas e suas roças, pelas quais deveriam pagar.

A princípio, a produção agropecuária era constituída, principalmente, por fumo, erva-mate (nativa) e cana-de-açúcar, desta última era feita a cachaça que era exportada para a Argentina e o restante da produção comercializada em carroças nos municípios vizinhos. Percebe-se, assim, que os colonos produziam para subsistência (para o consumo), com venda do excedente. Criavam gado, porcos, galinhas e mulas, estas para o transporte.

Até a metade do século XX os agricultores familiares produziam, a maior parte, para o autoconsumo com atividades de policulturas. Tinham uma relação íntima com a natureza e produziam em pequenas roças. O produto excedente era comercializado, em alguns casos, nas casas de comércio das comunidades locais ou nas trocas (escambo) com os vizinhos. A vida acontecia nas comunidades onde haviam: escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais para comprar roupas, remédios, ferramentas e alguns utensílios.

As técnicas agrícolas utilizadas eram: o roçado, com instrumentos manuais e tração animal, chamado também de agricultura tradicional. A preparação do solo, o cultivo e a colheita eram fruto da experiência e passado de uma geração para a outra, ou seja, na forma empírica. Utilizavam como energia à água, o vento, o homem e os animais. Nesta fase, predominava a população rural, e a expectativa de vida no meio rural era alta. Na cidade ou nas vilas a indústria não era desenvolvida, havia apenas ferrarias, sapatarias, marcenarias e carpintarias, entre outras.

Após a Segunda Guerra Mundial as propriedades mais antigas foram as primeiras a entrar em decadência, principalmente devido à repartição da terra por herança. Mas não demorou muito para a colonização mais recente também ser atingida. Os fatores que mais influenciaram na decadência da agricultura tradicional de Porto Xavier foram: esgotamento da fertilidade do solo, por mau uso dos recursos naturais; divisão das propriedades rurais por herança, já que, Porto Xavier foi um dos últimos municípios a serem colonizados na região; falta de reforma agrária eficaz; baixos preços agrícolas, falta de políticas públicas e

adoção de monoculturas em pequenas áreas..

A crise acentuou-se no início dos anos 1960. E nessa época a pobreza aumentou e ocorreu, por conseqüência, uma relevante migração da população rural para novas fronteiras agrícolas como o Sudoeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e para a região Centro-Oeste, principalmente.

E foi nesta hora de decadência e desesperança “que surgiu como alternativa a modernização conservadora da agricultura” (Brum, 1988).

Com a modernização a agricultura se internacionalizou, ou seja, os produtores rurais dessa região estavam concorrendo, ao mesmo tempo, com agricultores afundados em tecnologias de ponta. De fato, essa foi uma das estratégias do capitalismo junto as grandes indústrias (no caso as vendedoras de insumos) a comando das corporações transnacionais e dos Estados Unidos. E, com a inserção do pacote tecnológico (modernização) veio a modificação das técnicas de produção, e, conseqüentemente, o uso intensivo de máquinas e insumos modernos, técnicas de cultivo do solo, colheita sofisticada. Ou em outras palavras, a “modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da agricultura”, apoiada por pacotes tecnológicos e crédito agrícola. Além da quimificação agrícola, ou seja, uso de defensivos e fertilizantes com química de síntese (Brum, 1988).

Para tanto, começaram a surgir processos complexos e sofisticados de seleção biológica de plantas e animais de maior rendimento, e estas se enquadravam conforme os fatores abióticos de cada região. Trazendo graves problemas para a sustentabilidade da propriedade familiar, já que este programa estimulava a inserção da monocultura extensiva para a exportação. E com isso, na maior parte, a fertilidade do solo se esgotou, além dos agricultores se endividarem com compras de equipamentos que ocupavam apenas sazonalmente (máquinas subtilizadas). Esta fase da agricultura ficou conhecida como “Revolução Verde”, que segundo Brum (1988) modificou a produção sem alterar as estruturas agrárias.

Por causa disso, a população de Porto Xavier diminuiu a partir dos anos oitenta. Os agricultores que não foram para os grandes centros urbanos trabalhar nas fábricas de calçados migraram para outras partes do país (centro-oeste) ou até mesmo para o exterior (Argentina e Paraguai) para continuar trabalhando na agropecuária.

O restante dos agricultores que permaneceram no município sofreram pela falta de políticas públicas específicas, por constantes estiagens e pela diminuição da oferta de mão-de-obra, entre outros.

Hoje, residem no município 11.086 habitantes e aumenta constantemente a população urbana, que atinge os 52% no ano 2000. Em 1980, a população era de 12.193 e 75% desta estavam no meio rural. Porém, a partir dos anos noventa a população permanece estática, só com maior número de cidadãos, aumentando ainda mais a pobreza do município.

Porto Xavier possui 280,5 Km² de extensão, e existem cerca de 1.728 domicílios rurais, ou seja, a extensão média da propriedade rural é menor que 15 ha. E nelas habitam entre 4 e 5 pessoas. A densidade demográfica é de 39,5 hab./Km², segundo informações do IBGE 2000.

Dos 1.728 domicílios rurais, 1.660 são familiares ou 94,7 % deles (veja abaixo a classificação e o percentual de renda, domicílios e áreas de terras pertencentes a cada um) :

- 1. Agricultores Familiares Consolidados:** Tem 278 estabelecimentos rurais representando 16,7 % do total. Destes, 88 domicílios tem “maiores rendas” e 116 possuem “renda média”. Ocupam 51% da área e 30,6 % da renda municipal agrícola familiar;
- 2. Agricultores familiares em transição:** São 881 domicílios rurais ou 53,1 % do total. E destes, 457 tem “renda média”. Ocupam 43,6 % da área e 55,5 % da renda municipal agrícola familiar;
- 3. Agricultores Familiares Periféricos ou de Subsistência:** São 501 propriedades rurais ou 30,2 % do total. E desses 501 domicílios rurais, 140 tem “baixa renda” e 265 “quase não tem renda”, ou seja, apenas 96 propriedades tem condições “dignas de vida”. Ocupam 5,4 % da área do município e 13,9 % da renda (INCRA/FAO, 95/96). Para melhor visualização veja Tabela 1.

A agricultura familiar ocupa, em Porto Xavier, 17.617 hectares. Onde 1.354 ha é destinada à monocultura; 2.133 ha é para “especializados” (uma cultura principal e outra secundária); 7.200 ha para a produção diversificada e 6.538 ha para “muito diversificada”. No município foram arrendados um total de 664 há no ano 2000.

TABELA 1: Percentual da divisão dos domicílios rurais, da área de terra e da renda

municipal agrícola familiar.

	CONSOLIDADOS	TRANSIÇÃO	SUBSISTÊNCIA	TOTAL
Domicílios Rurais	16,7 %	53,1 %	30,2 %	100 %
Área de Terra	51 %	43,6 %	5,4 %	100 %
Renda	30,6 %	55,5 %	13,9 %	100 %

Organização : Iran Carlos Lovis Trentin & Valdemar João Wesz Junior, 2003.

As lavouras permanentes ocupam 108 ha, gerando uma renda anual de R\$ 663 mil, com destaques para as plantações de laranja (35 ha), tangerina (16 ha), pêssego (11 ha), e abacate (11 ha).

Em Porto Xavier existiam, no último CENSO, cerca de 130 máquinas de plantio de tração mecanizada, ou seja, uma para cada 207 ha; 139 tratores ou 1 para cada 194 ha; 42 colheitadeiras ou 1 para cada 642 ha. Para tanto, as lavouras temporárias ocupam, aproximadamente 7.751 ha, ou 1/3 das terras municipais agrícolas, gerando R\$ 6.270 mil, em 2000. Destacando-se: a soja com 3.600 ha; o milho com 2.000 ha; a mandioca com 480 ha; o trigo com 250 ha e; a cana-de-açúcar com 1.100 ha plantada.

Esta última cultura desenvolve-se graças a primeira e única usina de álcool do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 1987, após a crise mundial do petróleo. À qual é gerida por uma cooperativa com 280 associados. A produção de cana nesta região difere das outras regiões do País pois é realizada por agricultores familiares. A cooperativa de produção de álcool oferece centenas de empregos no inverno, época de corte da cana, principalmente aos agricultores de subsistência que vendem sua mão-de-obra. Os agricultores em transição e consolidados são os que plantam a cana de forma cooperativada. A cana é uma importante aliada na diminuição da pobreza rural no município e na microrregião.

A criação bovina também, é considerada relevante, pois existem, segundo o censo 2000 do IBGE, 19.752 cabeças, além de 5.585 cabeças de suínos e 73.877 cabeças galináceas. A produção de leite mantém a renda de 559 produtores locais.

Mesmo com essas atividades, a pobreza é constante entre muitos agricultores. Com isso necessita-se de alternativas para alavancar a economia local e regional. Pois, com a uniformização das bases produtivas da agricultura familiar, em consequência da

modernização da agricultura, os agricultores passaram a serem meros produtores de matérias-primas (leite, carne, cana-de-açúcar, grãos, etc...) para as grandes indústrias, as quais agregam valor no beneficiamento pela exploração dos agricultores.

Para tanto, entre outras coisas, os agricultores precisam de ações para a manutenção e aplicação da propriedade rural, como: aumentar a escala de produção; melhorar assistência técnica; visão sistêmica e buscar a auto-sustentabilidade; favorecer o associativismo e o cooperativismo; políticas públicas que se encaixem com a realidade; melhorar o gerenciamento; melhores tecnologias e, principalmente, agregação de valor a produção através da agroindústria familiar.

ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO PARA MUNICÍPIOS RURAIS

Um dos mais importantes desafios, dentre os que se apresentam ao Brasil atualmente, é o de dotar o País de um novo paradigma para o desenvolvimento. O eixo estratégico é a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nos quais predominem os agricultores familiares, segundo critérios que atendam a uma abordagem integrada dos problemas e potencialidades de cada unidade territorial e com foco na melhor qualidade de vida da sua população (Abramovay, 1998).

Durante anos, no Brasil e no mundo, buscou-se esta alternativa. Para que gerassem condições e oportunidades de trabalho e renda no campo, com a inclusão do jovem e da mulher trabalhadora rural nas atividades produtivas. Todas essas ações deveriam, possibilitar a manutenção e a reprodução social das famílias no campo, com qualidade de vida. Ou, de um modo geral, que combatessem a pobreza, o desemprego e o êxodo rural. Destas a idéia de implantação de agroindústrias familiares começou a ganhar ênfase em várias pesquisas e trabalhos.

Porém, ela não representa uma solução de todos os problemas e das necessidades dos agricultores. “Ela deve ser trabalhada como parte de um conjunto de ações e de outras alternativas associadas, que busquem construir o desenvolvimento rural sustentável, nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar”. (Trentin: 2001). É neste contexto que a agregação de valor à produção agropecuária, através do seu beneficiamento, é uma forma muito eficiente para manter o homem no campo.

De fato, sabe-se que a agroindústria é uma das principais geradoras de empregos diretos e indiretos por unidade de capital investido. Dados recentes do Departamento Econômico do BNDS e do IBGE mostram claramente esta característica no caso brasileiro, onde, para cada milhão de dólar investido, os empreendimentos agropecuários e agroindustriais chegam a gerar 118 a 182 empregos, cerca de 80% a mais de que os investimentos em um segmento tradicionalmente intenso em ocupação de mão-de-obra, como o setor comercial.

Deste modo, os efeitos multiplicadores da agregação de valor à produção, pela agroindustrialização ocorrem tanto a montante, na atividade agropecuária, como a jusante, na estrutura de comercialização de serviços, e refletem-se na efetiva interiorização do processo de desenvolvimento. Mais ainda, as características tecnológicas do processamento agroindustrial viabilizam, para algumas matérias-primas e produtos, a implantação de unidades de pequeno e médio porte, mais acessíveis a investidores com menor disponibilidade de capital (Trentin: 2001).

Outros benefícios sociais importantes dos empreendimentos agroindustriais familiares são gerados pela melhoria da qualidade dos produtos processados, pela redução de perdas no processo de comercialização e pelo papel disseminador que tendem a exercer na promoção de melhorias tecnológicas nas atividades agropecuárias.

As indústrias (complexos agroindustriais), transferem toda a renda da população para os grandes centros. Em quanto, a agroindústria familiar, além de distribuir a renda entre os agricultores, ela gera empregos em várias regiões e não só em uma fábrica. Assim, em um modelo descentralizado, com várias micros e pequenas agroindústrias por ramo em comunidades e distritos diferentes os níveis de desenvolvimentos são maiores. Além de que, outros agricultores podem oferecer a matéria-prima diminuindo os custos da agroindústria e aumentando os lucros dos agricultores.

A qualidade de um produto feito em uma agroindústria familiar geralmente será melhor, diferenciada e de origem conhecida. Valorizando a cultura regional, como diferencial a ser reforçado e preservado, adquirindo, por consequência, um desenvolvimento local. Brose (1999) cita vários indicadores de desenvolvimento local, entre eles:

- a manutenção e a criação de postos de trabalhos;

- o início de novas atividades econômicas;
- a pluriatividade na agricultura familiar;
- a manutenção de uma paisagem rural equilibrada;
- a ativa participação da população nas decisões nos seus espaços econômicos;
- as novas formas de gestão pública;
- agroindústrias familiares de formas cooperativadas.

Isso tudo, consorciado com recuperação dos mananciais hídricos, do meio ambiente, da natureza e com ênfase na agroecologia. Já que, para Caporal e Costabeber, “o Desenvolvimento Rural Sustentável só ocorrerá se partirmos de princípios agroecológicos, pois entraremos em uma agricultura familiar viciada em insumos externos (agrotóxicos, corretivos agrícolas, etc...). E quanto menor for esta dependência, maior será esta “sustentabilidade”, mas para que isto ocorra corretamente, precisamos ser empreendedores.”

Mas a preocupação em criar um empreendedorismo quase que perfeito, para atender as necessidades de uma população consumista, faz criar “... os sistemas produtivos mais dinâmicos - os que se caracterizam pelas inovações - não emergem de uma racionalidade universal abstrata, mas de uma racionalidades endógenas e diferenciadas de atores coletivos ligados uns aos outros por suas próprias convenções cuja base é freqüentemente local” (Storper 1996, p. 117).

Neste espaço “... entre a lógica capitalista e o fracasso das experiências socialistas que, ao nosso ver, se recoloca a questão do cooperativismo como uma prática social de dimensão econômica, política e cultural, tendo como denominador comum o sentido do humano, [...] trata-se de reconhecer e garantir nele um instrumento prático que devolva aos indivíduos o espaço da participação, da decisão solidária e responsável no encaminhamento na produção e distribuição das riquezas” (Frantz 2003, p. 5). Como se percebe, o cooperativismo encaixa-se perfeitamente em nossa agricultura familiar, e é através dele que se busca o capital social (apropriação de recursos- boa parte dos quais simbólicos - cuja apropriação depende em grande parte o destino da comunidade - Putman 1993/96 in Frantz: 2003). Pois, as cooperativas são exemplos deste capital, pois trabalham para aquisição de poder, de mudanças no plano local e relacionam agricultores e sistema bancário,

estabelecendo novas relações entre os habitantes de uma certa região. Da forma expressada, fica fácil de saber que o capital social é um bem público.

A cooperação é, sem dúvida, um alicerce para o processo de desenvolvimento, já que proporciona a abertura de novas oportunidades no aperfeiçoamento do tecido institucional de cada região. Há vários exemplos onde os limites físicos foram derrotados pela capacidade organizativa.

A noção de capital social e cooperativismo nos permite enxergar a importância da união em empreendimentos rurais, pois facilitam ações de indivíduos que pertencem a esta estrutura, já que está cada vez mais difícil agir independentemente em um mundo tão globalizado e competitivo. Neste sentido, vê-se que as estruturas sociais podem ser usadas como recursos; um capital que os indivíduos tem a disposição e que pode ser um alicerce para proporcionar a geração de renda, principalmente se tratando de agroindústrias familiares que necessitam de bases para buscar um mercado tão exigente.

Entrando neste espaço, a competitividade, que pode ser encarada como vantagem desde que saiba valorizar a região à que pertence. Mas, “mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores” (Abramovay 2003, p. 83). Estes empreendimentos podem ser, sem dúvida, as agroindústrias familiares.

A valorização das vocações regionais ou até mesmo locais demonstram um tremendo potencial, claro que, dependendo da maneira social de como for aplicado e de como for valorizado, beneficiando todos os que desfrutam do território. O importante é que o desenvolvimento seja à base das práticas/ambições de uma comunidade em sua região. Vendo que existe a necessidade de consorciar trabalho com conhecimento, dando oportunidades e estímulo aos jovens e, trazendo o empreendedorismo como o alicerce para novas organizações econômicas.

De um modo geral, os municípios agrícolas necessitam da agroindústria familiar para a sustentabilidade sócio-econômica e para o desenvolvimento regional.

LEVANTAMENTO DE DADOS

Nos últimos anos estudos comprovaram que é indispensável e necessária a agroindustrialização familiar como forma de agregação de valor à produção agropecuária, de geração de renda e de desenvolvimento local-regional. Isso tudo consorciado com a crescente presença de produtos agrícolas oriundos de fora da região missioneira, que predominam nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais, evidenciam a necessidade de Porto Xavier e região buscarem a sustentabilidade sócio-econômica com o beneficiamento de seus produtos.

Para a efetivação de tal propósito e no sentido de disponibilizar informações aos agricultores familiares foi realizado um estudo das potencialidades e carências da região, seja em relação ao clima, as condições tecnológicas ou aos costumes e hábitos alimentares característicos das pessoas que formam o mercado consumidor. Isso tudo se dá mediante a interação dos diversos segmentos da sociedade. Para tanto, é necessário identificar os produtos e sua quantidade consumida no município.

Em Porto Xavier foram visitados todos os estabelecimentos comerciais (42) com levantamento de mais 150 produtos. Desses quarenta e dois, 5 eram supermercados, 3 fruteiras, 7 açougues, 3 padarias, 2 agropecuária, 8 mercados, 2 ambulantes, 12 bares e mercearias. Onde foram identificados, entre muitas coisas, a quantidade vendida por mês, a origem do produto, o valor e se o mesmo já está legalizado. O resultado foi o esperado: 67 % dos produtos provem de outras partes do Estado ou país; 13 % são oriundos da Região das Missões e 20% são produzidos em Porto Xavier.

Deste modo, pelo potencial de produção e do consumo identificado na pesquisa, apresentamos 6 produtos que já podem ser disponibilizado ou produzido com baixo investimentos

1 - Cachaça

Os portoxavierenses consomem cerca de 8.000 litros de cachaça por mês. Sendo que 75% são produzidos no município e 25% vem de fora da região. Ou seja, as agroindústrias familiares de Porto Xavier neste item quase produzem para toda demanda.

2 - Amendoim

É consumido 401 Kg por mês no município. Porém, 65 % vem de fora, 28,4 % da região e 6,6 % é produzido no município. Sendo essa uma cultura que necessita de

pequenas áreas e a produção poderá aumentar com poucos investimentos.

3 - Sabão

Consome-se 2.500 Kg ou 500 barras de sabão. Desconsiderando a produção para consumo próprio. Sendo que a maior parte vem de fora das Missões (97,5 %) e 2,5 % vem da região. Não tendo produção fiscalizada municipal. A produção de sabão a partir de álcool e gordura é de baixo investimento e de mercado garantido.

4- Mandioca

A produção de mandioca é relativamente grande em Porto Xavier pois, consegue abastecer o mercado municipal e parte do regional.

5- Hortifrutigrangeiros

Aqui está o ponto fraco da produção portoxavierense. Mesmo que alguns produtos não tenham clima para a produção, porém outras se encaixam perfeitamente às condições abióticas. Mais de 80% das frutas e verduras vem de fora da região, 10 % das Missões e 10% do município. Considerando que o município é margeado pelo Rio Uruguai, há um micro clima favorável, inclusive para produção de frutas tropicais.

6- Vassoura de Palha

São comercializadas 623 unidades por mês, dessas 73% é produzido fora, 24% na região missioneira e 2% é de Porto Xavier.

Como vimos, na maioria dos produtos precisa-se reverter essa situação, tanto nos *in natura* como nos industrializados.

Outro fator que contribuiu muito com o consumo de produtos em Porto Xavier é que quando o cambio está favorável, muitos argentinos consomem os produtos ofertados no comércio local.

A viabilidade econômica da produção de vassoura de palha

Após a pesquisa de levantamento de dados, onde, entre outras coisas, comprovou-se que a maioria dos produtos consumidos tem viabilidade de produção, porém são provenientes de outras regiões. Dessa forma, a organização de agroindústrias familiares de **vassoura de palha** é um exemplo que podemos discutir, pois vendem-se nos estabelecimentos urbanos de Porto Xavier cerca de 623 unidades por mês, dessas, 15 são produzidas em Porto Xavier, 152 na região e 456 provem de outras regiões.

Essas vassouras são comercializadas a um preço médio de R\$ 4,82 a unidade (agosto, 2003) ou e R\$ 3.001,60 por mês e R\$ 36.019,40 / ano, desse total R\$ 26.364,10 são transferidos para outras regiões do Estado, R\$ 8.778,00 ficam na Região Missioneira e apenas R\$ 867,20 circulam no município. Em outras palavras: 73% do capital produzido pela comercialização da vassoura é transferido da região; 24% circula na região; e apenas 3% permanece em Porto Xavier.

Nos últimos anos há uma grande tendência ao cooperativismo solidário no mundo, principalmente entre a população mais pobre, isso facilitaria formas de diminuir custos e agregar mais renda as famílias. Outro fator importante é que algumas novas políticas públicas, mesmo que ainda burocráticas, oferecem crédito subsidiado para formação de agroindústrias familiares por associações de agricultores, principalmente.

Neste sentido, poderiam ser criadas 3 agroindústrias familiares de vassoura, cada uma dessas fornecendo 203 unidades mensais. Com matéria-prima local e produção anual (2.436 por agroindústria) para garantir a demanda e com um custo de R\$ 2,50, teríamos um lucro líquido de aproximadamente R\$ 2,32 por unidade. Com um lucro mensal de R\$ 480,24 (ou aproximadamente 2 salários mínimos), onde apenas uma pessoa poderia fazer esse serviço e contribuir para renda da familiar com um montante líquido de aproximadamente R\$ 5.762,88/ano. Isso se considerarmos apenas o mercado portoxavierense.

A vassoura de palha (*sorghun bicolor*) tem várias vantagens sobre a de plástico. Pois, a primeira é totalmente ecológica e pode ser usada como fonte de energia renovável. E se agroindústria familiar for concebida e administrada de forma cooperativa e solidária, agregar-se várias vantagens, tais como: reciclar o cabo, produção da matéria-prima pelos próprios membros da agroindústria, ocupar pequenas áreas e recuperar as outras frações da propriedade, ocupar nichos de mercado e principalmente adquirir os insumos para a agroindústria no comércio local.

A situação da maioria dos produtos analisados, é singular ao exemplo dado acima, pois, compra-se produtos agroindustrializados de outras regiões, quando em muitos casos, tem-se condições favoráveis de produzi-los e necessidade de geração de emprego e renda no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após reflexão sobre o modelo agropecuário implantado em Porto Xavier e região nos últimos 50 anos e suas conseqüências para a economia, à sociedade e o meio ambiente vê-se a necessidade de mudanças substanciais no paradigma de desenvolvimento até então adotado. Como percebeu-se, o município e a população possuem condições para o desenvolvimento de ações que visem combater os índices sócio-econômicos negativos. Neste sentido, é de fundamental importância a formulação de políticas públicas que viabilizem e fomentem ações de geração de emprego e renda nas diferentes comunidades municipais.

Também, foram fatores importantes na análise deste trabalho a produção agrícola regional e a tradição do associativismo, que poderão ser bases para o desenvolvimento de agroindústrias que agreguem valor aos produtos da região e que podem se beneficiar com a proximidade do MERCOSUL e com o fluxo constante de turistas.

Nas pequenas propriedades de regime familiar desenvolveu-se além da soja, a produção de leite, aves, suínos e algumas experiências de fruticultura. Mas a maioria quase que absoluta desses produtos é transportado para outras regiões de forma *in natura*, sem nenhum beneficiamento na região, faltando agregação de valor falta distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida.

Na questão ambiental uma necessidade muito grande do município e da região é a reciclagem dos resíduos sólidos urbanos e usinas de tratamento dos resíduos líquidos especialmente nas cidades maiores. Neste sentido, faz-se necessário à implantação de algumas cooperativas de trabalho que coletariam em parceria com as prefeituras e centralizariam os materiais para reciclagem.

Outra questão que se deve ressaltar é o potencial dos recursos hídricos do município pois, o rio Uruguai margeia a cidade e grande parte das comunidades rurais e com isso tanto o turismo como a geração de energia elétrica poderiam ser aproveitados.

Assim, neste trabalho comprovou-se a fundamental importância de Porto Xavier e Região incentivarem a agroindústria familiar como minimizadora da pobreza, do desemprego, do êxodo rural e da exclusão da mulher e do jovem das atividades comunitárias, principalmente. Pois, a agroindustrialização familiar baseada em princípios

agroecológicos, além de gerar renda promove a melhoria da qualidade de vida e a recuperação e preservação dos hábitos culturais e do meio ambiente.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. - Campinas: Unicamp, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Populações Rurais**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003
- ALMEIDA, A. & NAVARRO, Z. (org.) **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2 ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.
- BROSE, Markus. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura Trigo e Soja**. Ijuí, RS: VOZES e FIDENE, 1988. p. 200.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável**. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p. 157-194
- DESER. Depto Sindical de Estudos Rurais. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local**, Curitiba. 1997. 23 p.
- FRANTZ, Walter **Cooperativismo: Perspectivas - Um lugar de reencontro com a vida social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003 (Caderno - Série Cooperativismo 03e 05)
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP.IE, 1998, 2º ed. rev.
- LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, Ed. Unicamp, 1993.
- MOLINA FILHO, J. & BURKE, T. J. **Fundamentos Teóricos e Instrumentos para a Assistência à Agricultura**. Piracicaba: ESALQ, 1979.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: Realidade e Perspectivas**. Passo Fundo, UPF, 3º ed, 2001.
- TRENTIN, I. C. L. **Avaliação e Acompanhamento da Gestão de 20 Agroindústrias Familiares da Região das Missões/RS**. São Luiz Gonzaga, 2002.
- _____. **O Pró-Rural 2000 como Política Pública de Combate à Pobreza Rural**. Porto Alegre: UFRGS **Dissertação de Mestrado do PGDR**. 2001. 135 p.
- _____. **Diagnósticos da Região das Missões/RS**. São Luiz Gonzaga. 2002. 50 p.
- TRENTIN, I. C. L. & WESZ JUNIOR, V. J. **Desenvolvimento e Agroindústria Familiar**. In: **Artigos Completos do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá, 2004.